



Oficinas pedagógicas para uma **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Junior Cunha (Org.)

Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)



Oficinas pedagógicas para uma
EDUCAÇÃO INCLUSIVA



TC 140/18-SETI/USF/UGF

Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.

www.seti.pr.gov.br

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)

Oficinas pedagógicas para uma
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeira Edição E-book



TOLEDO – PR
2020

Copyright 2020 by
Organizador
Gerente Editorial
José Dias
Revisão Final
Luana Aparecida de Oliveira
Design Gráfico e
Diagramação
Junior Cunha
Capa
Junior Cunha

Instituto Quero Saber
CNPJ: 35.670.640./0001-93
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

032 Oficinas pedagógicas para uma educação inclusiva.
/ organizador, Junior Cunha; coordenadora
Francy Rodrigues da Guia Nyamien. 1. ed.
e-book - Toledo, Pr: Instituto Quero Saber,
2020.
206 p.: il; color.

Modo de Acesso: World Wide Web:
<<https://www.institutoquerosaber.org/editora>>
ISBN: 978-65-51210-00-6

1. Educação especial. 2. Autismo. 3. Dislexia.
4. Inclusão. 5. Deficiência. I. Título.

CDD 22. ed. 371.9

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Todos os direitos reservados ao Organizador

*Os textos aqui publicados são de exclusiva
responsabilidade dos seus respectivos autores*

SUMÁRIO

Prefácio

*Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira* 9

Apresentação

Junior Cunha..... 13

Capítulo 1

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Letícia Strossi de Oliveira 17

Capítulo 2

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Elora Marques M. da Silva..... 35

Capítulo 3

DEFICIÊNCIA VISUAL: noções introdutórias

Junior Cunha..... 57

Capítulo 4

DESCONSTRUINDO BARREIRAS: inclusão e acessibilidade da pessoa com Deficiência Física no meio escolar

Rosana Leal Santiago..... 75

Capítulo 5

COMO PENSAR A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Elora Marques M. da Silva..... 87

Capítulo 6

SÍNDROME DE DOWN: um outro olhar

Lucas Antonio Vogel..... 101

Capítulo 7

AUTISMO: conhecendo esse mundo

Lucas Antonio Vogel..... 121

Capítulo 8

ALTAS HABILIDADES: barreira ou vantagem?

Letícia Strossi de Oliveira..... 145

Capítulo 9

DISLEXIA: reflexões acerca dos Transtornos Específicos de Aprendizagem

Rosana Leal Santiago..... 165

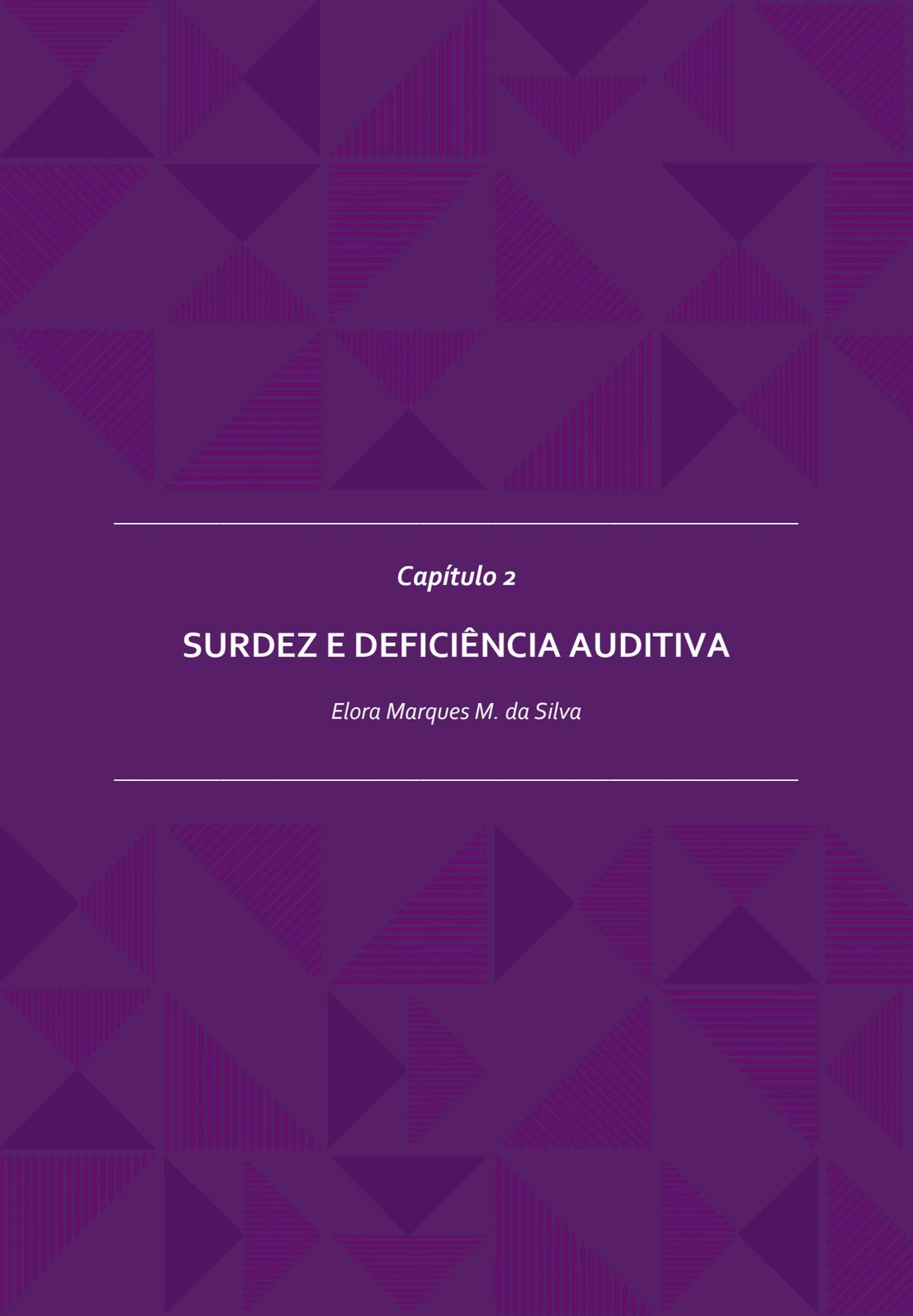
Capítulo 10

O TEATRO DO OPRIMIDO COMO MÉTODO PEDAGÓGICO PARA PESSOAS COM TDAH

Junior Cunha..... 181

Posfácio

Marcos Freitas de Moraes 201



Capítulo 2

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Elora Marques M. da Silva

ELORA MARQUES M. DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais, Licenciatura Plena e Bacharelado, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Toledo-PR. Graduanda de Pedagogia pelo Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST). Estudante de pós-graduação em Gênero e Diversidade na Educação pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tem experiência nos estudos sobre a pessoa com deficiência e Educação Inclusiva e também nos estudos de gênero e diversidade no contexto educacional. Atualmente, trabalha como cientista social no Projeto de Extensão Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Com a oficina *Surdez e Deficiência Auditiva* temos o objetivo de sintetizar, de forma pedagógica, leis, metodologias e práticas de aprendizagem para o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes. Diante da dimensão da proposta a oficina pode – e deve – ser reconhecida como adequada a outros espaços, não somente a salas de aula, dado que pessoas com deficiência transitam por outros espaços e instituições sociais, além do mercado de trabalho.

Para tanto, a oficina busca proporcionar um espaço de aprendizagem continuada em que profissionais da educação se sintam seguros em atuar com estudantes que precisam de atendimento educacional especializado.

A fim de conceituar a surdez e a deficiência auditiva, no decorrer do capítulo, apontamos a historicização do processo de reconhecimento das deficiências e a inserção da pessoa com deficiência no meio educacional. A partir do processo de socialização, com a ação dos atores sociais¹, a grande maioria das leis, decretos, conferências, instituições, secretarias e afins voltadas às pessoas com deficiência, foram conquistadas diante de necessidades socioeconômicas e sociopolíticas desse público.

De antemão, cabe ressaltar a diferença entre surdez e deficiência auditiva para adiante se entender e visualizar em quais

¹ Referência à teoria do fato sociológico de Durkheim: todos somos atores sociais, pois somos construtores de nossas relações e, ainda, de nossas relações cidadãs, que moldam o que precisamos, o que elegemos, o que damos importância etc.

momentos as metodologias pedagógicas serão pertinentes. De acordo com Costa (2009, p. 30):

A deficiência auditiva (DA) aparece tanto relacionada à literatura, que descreve aspectos anatomo-fisiológicos, quanto à corrente oralista, que descreve procedimentos educacionais centrados no desenvolvimento da fala. A surdez aparece relacionada a corrente educacional que enfatiza a organização da pessoa surda, sua cultura, língua de sinais e luta por direitos de uma comunidade que tem características próprias.

Em outras palavras, a pessoa com deficiência auditiva é compreendida na nossa sociedade, como pessoas que em algum momento possuíram (ou ainda possuem) alguns decibéis de audição. Já a pessoa surda pode ter nascido sem acesso algum à audição ou perdeu totalmente a capacidade de ouvir. Dessa forma, a autora se remete às correntes culturais-educacionais para fazer uma distinção de conhecimento pedagógico.

Por mais que seja importante saber de forma sistematizada o que define cada um dos conceitos aludidos, cada pessoa surda ou com deficiência auditiva é diferente uma da outra; no que diz respeito tanto ao caminho pedagógico a ser percorrido quanto às próprias orientações de tratamento. O contexto educacional em que está sendo ou que foi inserida, a criação familiar, o meio social e afins, fazem diferença no processo de aprendizagem. Se uma criança está sendo oralizada desde pequena, é essencial o estímulo do(a) educador(a). Além disso, as orientações sobre se comunicar sempre de frente para essa pessoa e, em alguns casos, o uso de tecnologias assistivas para a deficiência auditiva também se tornam estímulos no ambiente escolar, por exemplo.

Ademais, no caso da pessoa que é surda de nascença e faz o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a presença do(a) intérprete não é o único mecanismo para seu desenvolvimento e inclusão no ambiente escolar, por mais essencial que seja.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O histórico das leis que regem a Educação Especial e resguardam à pessoa com deficiência faz parte da construção dos direitos inerentes a todos os seres humanos, dos quais enfatizamos os direitos que se relacionam com o processo educacional. Como este capítulo trata da surdez e da deficiência auditiva, no que tange a leis, decretos e processos judiciais, descreveremos apenas aqueles que se referem à pessoa surda ou com deficiência auditiva.

❖ **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. A lei aborda a acessibilidade no que se refere ao mobiliário urbano, acesso a prédios públicos ou privados (estacionamentos, vagas, banheiros acessíveis, elevadores, percurso acessíveis) etc. Ressalta a adequação de veículos de transporte coletivo com elevadores de acesso, sistemas de comunicação e sinalização urbana, como sinaleiros. Além disso, sua redação destaca a responsabilidade do poder público quanto à garantia de todas as proposições da lei como também de sua fiscalização.

❖ **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**

Reconhece a Libras, em termos legais, como meio de comunicação oficial das pessoas surdas e deficientes auditivas do Brasil. Além disso, a lei enfatiza a garantia que as instituições públicas e departamentos de assistência à saúde devem possuir para o tratamento e atendimento à pessoa surda.

❖ **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**

Regulamenta a Lei 10.436 (2002) e o Art. 18 da Lei 10.098 (2000). Garante a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de magistério, licenciaturas e fonoaudiologia do sistema de ensino público e privado. Também aponta o processo de formação dos docentes, profissionais da Libras e intérpretes

conforme nova regulamentação. Para tanto, o Decreto define o deficiente auditivo, perante a lei, na escala decibéis de escuta.

❖ **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras e como deverá ser feita a formação destes profissionais, ou seja, quais são os cursos regulamentados por lei e pela pasta da educação, banca avaliadora, certificação, exame de proficiência etc. Aponta também quais são as atribuições da profissão.

❖ **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**

Em 06 de julho de 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. A lei se torna, no histórico das leis que regem a educação especial e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, um documento completo, referenciando direitos educacionais, civis, de saúde, habilitação e reabilitação, por exemplo, direito à vida, educação², ao casamento, moradia, trabalho, assistência social, esporte, turismo, lazer, transporte, informação, comunicação, justiça e participação na vida pública e política; ou seja, diante todos os decretos e leis anteriores, a LBI os concentra em único texto.

O Art. 2º da LBI caracteriza a pessoa com deficiência como:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir da definição acima é essencial compreender as diferenças entre os termos utilizados para se referir às pessoas com

² Vale apontar que em 2018, infelizmente, ocorreu a extinção da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio do Decreto 9.465 (2019), o que constitui como um grande retrocesso no que diz respeito aos dos direitos educacionais da pessoa com deficiência. .

deficiência. Dessa forma, principalmente no contexto educacional, podemos tomar conhecimento não apenas dos termos em si, mas a importância de cada diferença quando inseridas em sala de aula;

- **Necessidades educacionais especiais:** As necessidades educacionais especiais estão relacionadas à dificuldade de aprendizagem em algum sentido. Isso quer dizer que elas podem dificultar o processo de aprendizagem em alguma área do conhecimento, como é o caso da discalculia, disgrafia e a dislexia, por exemplo. Essas necessidades educacionais também podem estar relacionadas a deficiências.
- **Deficiência:** Conforme a LBI, as deficiências são físicas, mentais, intelectuais, auditivas, visuais e de longo prazo, impedindo à pessoa com deficiência de possuir uma interação plena com a sociedade.
- **Distúrbio:** É uma perturbação, mau funcionamento e interrupção da sequência normal de continuidade, onde pode identificar o local exato do problema
- **Transtorno:** É caracterizado por um incômodo ou desordem geralmente ligado aos estados psicopatológicos, ou seja, a parte mental e cognitiva é afetada.
- **Síndrome:** Vários sintomas e vários processos estão presentes, mas não há apenas uma causa específica ou definida³.

Cabe mencionar que os transtornos e distúrbios estão correlacionados em suas definições. Ainda há obras e estudos que os distinguem, porém, face a uma observação rigorosa transtornos e distúrbios não possuem definições que os separe e individualize. Dessa forma, principalmente na área da observação clínica educacional, ambos os termos têm sido substituídos por *transtornos funcionais específicos*. Estes, em outras palavras, guardam especificidades em cada pessoa e se apresentam de maneiras

³ Para mais informações sobre os três últimos tópicos vide: *Introdução - Distúrbios, Síndromes e Transtornos*. Disponível em: youtu.be/2eQxVkrV3ZQ. Acesso em: 30/07/19.

diferentes, de modo que os profissionais da área os observam de forma clínica e levam em conta a aprendizagem de cada pessoa em seus contextos. Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Disgrafia e Discalculia são exemplos de transtornos funcionais específicos.

As síndromes, pelo contrário, podem ser diagnosticadas de forma laboratorial, ou seja, há exames médicos que levam ao diagnóstico. Podem se desenvolver de maneiras específicas em cada indivíduo, por mais que existam características médicas que as definam. Elas são hereditárias e estão presentes logo no início do desenvolvimento infantil. Síndrome de Down, Síndrome de Turner e Síndrome de Cohen são exemplos de síndromes.

Aspectos socioculturais

A pessoa surda é quem nasce surda, isto é, com a perda total da capacidade de ouvir. A pessoa surda faz parte e cresce a partir de um processo cultural diferente, pois a identidade surda e a sua representatividade fazem parte de uma maneira distinta de participar da sociedade.

A pessoa com deficiência auditiva pode ter uma perda leve, moderada ou severa da audição que pode ser causada geneticamente como resultante de doenças, acidentes ou traumas no processo de desenvolvimento do aparelho auditivo. De acordo com Pereira e Mendes (2009, p. 43), o deficiente auditivo pode entender e escutar alguns sons, ainda mais com o uso do aparelho auditivo. Por outro lado, à pessoa surda ao fazer uso desta tecnologia escuta apenas um desagradável ruído ao invés de compreender palavras e sons.

É importante assinalar que não existe pessoa "surda-muda", terminologia ainda encontrada em alguns periódicos. O surdo produz fala e sons, por mais que este não desenvolva a fala como as pessoas ouvintes, pois o processo de entendimento das palavras e o que cada uma representa é diferente. Uma pessoa ouvinte, desde pequena, aprende a relacionar as palavras através da repetição do som e as explicações do que ela significa. Diferente de uma pessoa surda ou

deficiente auditiva, que primeiro entende a palavra para depois aprender a usar as cordas vocais com o auxílio de fonoaudiólogos ou aprende a Libras e relaciona a palavra com o que ela é no concreto. Como aponta a Sueli Fernandes (2018, p. 11):

[...] essa terminologia [surdo-mudo] tem um duplo sentido: a incapacidade de emitir sons da língua falada (que não é o caso dos surdos) e a impossibilidade de ter opinião, já que um sujeito sem voz é uma pessoa incapaz de manifestar pensamentos e raciocínio autônomos ou um posicionamento social.

Por esse ângulo, ainda existem concepções e alguns profissionais da área da saúde e da educação que acreditam que pessoas surdas tendem a ter seu desenvolvimento intelectual prejudicado pelo fato de não ouvirem e não falarem. Ainda existe a ideia de que a fala e a compreensão dos conteúdos, por exemplo, é restrita ao ato de falar. Além de não condizer com a verdade, esse discurso, como aponta Fernandes (2018), não aceita a Libras como uma língua e, evidentemente, nem como um ato de comunicação e aprendizagem tanto quanto a língua portuguesa.

Ainda nesse viés, e retomando os direitos da pessoa com deficiência com relação ao processo educacional, toda pessoa surda tem direito a um intérprete em sala de aula⁴. Diante a esta prerrogativa é importante falarmos sobre e entendermos a relação entre professor, estudante e intérprete, pois essa tríade precisa ter um vínculo de trabalho.

É uma ideia errônea que, por conta do processo de comunicação, o(a) intérprete seja o(a) professor(a) do(a) estudante surdo(a) em diferentes contextos. Enquanto essa ideia se perpetuar, não estaremos efetivando a inclusão, pelo contrário, estaremos

⁴ De acordo com o parágrafo único, inciso XI do Art. 28 da LBI: “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

acentuando a segregação⁵. Nesse sentido, a tríade trabalha em conjunto no que se refere a adaptações específicas para o(a) aluno(a) com deficiência auditiva, visando que o(a) professor(a) de sala de aula é, e sempre será, tão professor(a) deste(a) estudante quanto de seus(as) alunos(as) ouvintes. As adaptações, nesse contexto funcionam, como estratégias de repasse de conteúdo, sendo o(a) docente o(a) profissional responsável pelo conteúdo, este(a) pode – e deve – perguntar-se por quais adaptações serão mais pertinentes de acordo com a dificuldade dos temas e incluir o(a) intérprete nesse processo, considerando que este(a) possui embasamento teórico e prático em Libras para fazer funcionar a parceria.

Tecnologias assistivas

De acordo com o inciso III do Art. 3º da LBI, tecnologias assistivas são:

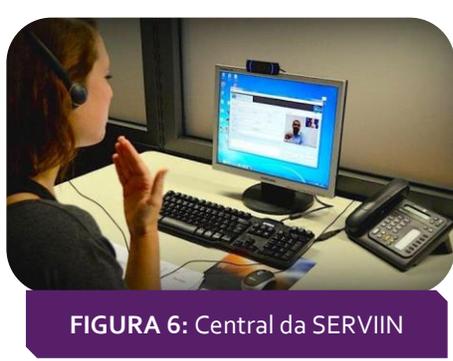
[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Em outros termos, tecnologias assistivas é tudo aquilo que auxilia à participação da pessoa com deficiência, necessidades educativas especiais e/ou mobilidade reduzida, a viver em sociedade de forma inclusiva. Como citado na LBI, serviços e práticas que promovam a funcionalidade dos espaços, sistemas e comunicação, são exemplo de tecnologias assistivas. Elas podem auxiliar, de forma inclusiva, toda uma população que necessite, em algum momento, de

⁵ Ademais, esse discurso e prática passa a ideia de que a segregação é necessária: uma vez que o(a) professor(a) de sala de aula, ou da disciplina, não fala Libras, não quer dizer que o(a) intérprete deva exercer a função do professor(a) em sala de aula. Se isto vir a acontecer, o(a) estudante surdo estará separado/segregado de sua turma e de sua relação com o(a) professor(a).

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

adaptações de serviços. Seguem alguns exemplos de tecnologias assistivas voltadas às pessoas com surdez ou deficiência auditiva:



APLICAÇÃO

A aplicação da oficina é dividida em três tópicos que sistematiza a apresentação, a saber, (1) leis e concepções relativas às deficiências auditivas, (2) metodologias pedagógicas e (3) práticas lúdicas voltadas à sala de aula.

Vale frisar que o *Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial* foi elaborado em formato de oficinas por conta de se caracterizarem como um método educacional que valoriza a tríade “sentir, pensar e agir”, o que viabiliza uma aprendizagem para além da educação meramente informativa. Com isso, o objetivo é oportunizar momentos de trocas de experiências que podem contribuir tanto à construção da oficina em questão, quanto para o conhecimento, ou seja, à formação dos participantes.

Voltando à aplicação, para que os tópicos se alinhem com a proposta da oficina, ressaltamos a fundamentação teórica, justificando a importância de se falar e saber como falar sobre à Educação Especial, sobretudo no que se refere aos direitos que temos como seres sociais que vivem e constroem a sociedade. Se há leis específicas para as pessoas com deficiência é porque existem motivos e embates históricos para tal.

As metodologias pedagógicas que apresentamos a seguir são pensadas e sugeridas a partir da pretensão de se proporcionar uma educação inclusiva, ou seja, a partir do pensar e agir que inclui não apenas a criança ou o(a) jovem com deficiência auditiva, mas todas as crianças e jovens para que aprendam com as diferenças que há entre eles(as). As metodologias pedagógicas, estratégias e adaptações, podem ser utilizadas com todos(as), de forma que dinamizam a aprendizagem do conteúdo que se quer ensinar, além de facilitar a via de mão dupla que é o ensino e a aprendizagem. Agir de forma inclusiva é essencial tanto para o(a) professor(a) como para o(a) estudante.

Quando pensamos a respeito de métodos para o(a) aluno(a) surdo(a) ou com deficiência auditiva, falamos de estratégias visuais. Todo conteúdo com dinâmicas visuais, coloridas e chamativas

auxiliam na compreensão dos respectivos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Aproveitamos o ensejo para trazer um exemplo de metodologia para ensinar números, maior e menor, soma e subtração, alfabeto, ordem das letras, ordem dos números etc. Essa atividade foi realizada com crianças do 1º ano do Ensino Fundamental I. Foi utilizado apenas giz de lousa e papéis coloridos recortados.

A dinâmica foi criada por uma professora de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental a fim de auxiliar no processo de aprendizagem dos números para que pudessem, ao decorrer do conteúdo de matemática, aprenderem a somar. Tal dinâmica foi pensada para que as crianças entendessem qual e porque um número é maior do que o outro. Adiante elas entenderiam, olhando para os números e sua ordem numérica, a sequência e como utilizar esse novo conhecimento quando somados ou subtraídos outros números. Vale ressaltar que essa turma em questão possui uma criança deficiente auditiva e todo o contexto visual da brincadeira a inclui no processo de aprendizagem, além de permitir que os(as) colegas realizem o mesmo processo. Dessa forma, o campo da inclusão foi preenchido pela inclusão social, entre a criança deficiente e os(as) demais colegas, pois realizaram a mesma atividade e esta foi construída de forma simples para toda a turma, com ênfase no método visual.

As figuras 7 e 8 são registros da atividade: no chão foi desenhado números de 1 a 20, com giz de lousa, em um formato parecido com a brincadeira de "pular amarelinha". A professora dividiu a turma em duas equipes. O objetivo era que cada criança, de cada equipe, na sua vez, pegasse um dos cartões dispostos na mesa. Ambas as crianças deveriam reconhecer qual número estava escrito no cartão que foi pego e pensar se ele era maior ou menor do que o do(a) colega da outra equipe. Quem pegou o número maior entre os dois cartões, pulava de número em número, falando eles em voz alta até chegar no número correspondente ao do seu cartão.



FIGURA 7: Dinâmica com números (1)



FIGURA 8: Dinâmica com números (2)



FIGURA 9: Dinâmica com as letras do alfabeto

A figura 9 ilustra uma atividade parecida com a das figuras 7 e 8. Consiste na mesma dinâmica de pular, mas agora sobre letras do alfabeto e as falando em voz alta. A dinâmica reforça o contexto visual da aprendizagem bem como o de coordenação motora. Novamente um método que torna a aprendizagem pedagogicamente inclusiva.

Seguindo nessa linha de atividades que ancoram o processo de ensino e aprendizagem em recursos visuais, acrescento à lista o desenho educacional brasileiro *Min e as mãozinhas*, o primeiro a ser produzido totalmente em Libras. O desenho é um referencial de ensino e aprendizagem por ter o objetivo de ensinar a Libras de forma inclusiva para a criança surda. De modo a ser explorado pelo contexto visual e sonoro, o desenho tem o objetivo de incluir todas as crianças de forma atrativa, além de reconhecer a Libras como mais um meio de comunicação. Por fim, o desenho não é só uma ferramenta de ensino, mas, também, sustenta a inclusão, visibilidade e representatividade da pessoa surda.



FIGURA 10: Min e as mãozinhas

À guisa de conclusão, apresentamos sugestões e a dinâmica Barreiras da Comunicação, que adaptamos para a presente oficina. Seu mote é sensibilizar nossa rotina, pois nossos meios de comunicação podem ser distintos. No caso, esta afirmação se remete à Libras, como língua oficial da comunidade surda e o português, escrito e falado pelos ouvintes, ou seja, por mais que, como

sociedade, façamos uso dos mesmos espaços e serviços, os nossos meios de comunicação são diferentes. A partir daí, destacamos que em espaços públicos, privados e estabelecimentos de atendimento à comunidade nem todas as pessoas ouvintes, assim como as surdas, sabem Libras. Logo, sem meios para se estabelecer alguma forma de comunicação não há como ocorrer o atendimento satisfatório de uma parcela significativa de pessoas e, por conseguinte, não há inclusão.

Ilustramos o contexto suscitado com a reportagem *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*⁶. Segundo a autora, uma mulher surda que sofria violência doméstica do companheiro, por um período de 5 anos, não conseguiu denunciar o agressor, de modo que o registro de um boletim de ocorrência formal pudesse ser redigido, por falta de intérpretes na delegacia. A situação só foi resolvida, em 2019, pela ação voluntária de uma intérprete.

Retomado a dinâmica, sua base são frases comuns do nosso dia a dia na escola ou em espaços públicos em geral. Cada equipe escolhe uma pessoa para passar ou pedir a informação contida na frase. A brincadeira possui três regras e uma “pegadinha”: (1) a comunicação não poderá ser feita em Libras, (2) nem através de leitura labial e (3) sem apontar para objetos. A mímica é o forte, porém a “pegadinha” é não dizer aos participantes que eles poderiam mostrar o papel com a informação. Dessa forma, eles têm que se esforçarem para estabelecer uma comunicação e conseguir passar para a equipe o que está escrito no papel. A informação não precisa ser adivinhada conforme o escrito no papel, mas, pelo menos, que seja passado o contexto da informação.

Vale ressaltar que a dinâmica é uma atividade lúdica e, portanto, não corresponde integralmente à realidade das situações abordadas, o que não afeta sua relevância à temática, pois ela traz informações e sensibiliza o pensar crítico sobre o atendimento público

⁶ Cf.: *Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes*, por Giulia Costa para o Jornal O Globo. Disponível em: oglobo.globo.com/sociedade/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-intepretes-23597017. Acesso em 29/07/2019.

de forma geral e se os direitos que resguardam a pessoa com deficiência auditiva se efetivam.

RESULTADOS OBTIDOS

A primeira aplicação da presente oficina foi para servidores(as) públicos(as) do município de Toledo-PR. Esta oficina – assim como as demais publicadas nesse exemplar –, foi ofertada como um meio de promoção da inclusão social da pessoa com deficiência para além dos espaços educacionais. A importância de falar e entender a pessoa com deficiência na nossa sociedade perpassa todos os espaços de atendimento público ou privado. Assim, os resultados de aprendizagem apareceram nas sugestões de métodos, pois, quando falamos a respeito da surdez e da deficiência auditiva, a maior barreira se torna a comunicação. Ademais, a troca de experiências, curiosidades, conhecimentos e orientações de tratamento para com a pessoa com deficiência auditiva.



FIGURA 11: Primeira aplicação da oficina Surdez e deficiência auditiva

Uma segunda aplicação desta oficina foi destinada a professores(as) da rede municipal e estadual de Toledo-PR e região. Em pauta estava a inclusão social das pessoas com deficiência, considerando que cada vez mais elas estão ocupando os espaços

educacionais, assim, fazendo valer seus direitos como de qualquer pessoa sob as leis que regem o sistema brasileiro de ensino básico. Dessa forma, discutiu-se o processo histórico da Educação Especial e o processo de formação de profissionais da educação.



FIGURA 12: Segunda aplicação da oficina Surdez e deficiência auditiva

Frente ao que expomos, fica evidente que as nossas formações pedagógicas como educadores(as) ainda são falhas no que diz respeito ao preparo para a sala de aula no que concerne aos saberes e meios para adaptações dos conteúdos educacionais. Assim, as metodologias apresentadas podem ser listadas como estratégias pedagógicas voltadas às salas de aula.

Em suma, esta oficina expressa, no que se refere a formação continuada de educadores(as), em uma via de mão dupla, a troca de experiências. Tanto os diálogos construídos quanto às metodologias apresentadas e discutidas, constituem um novo olhar para a Educação Especial e para a Educação em seu sentido amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. *Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. Brasília, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. *Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, 2015.

COSTA, Maria da Piedade Resende. *Educação Especial – Aspectos conceituais e emergentes*. São Carlos: Edufscar, 2009.

FERNANDES, Sueli. *Língua Brasileira de Sinais*. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

FIGURA 1: *Campainha luminosa.* Disponível em: comoultrapassarbarreiras.blogspot.com. Acesso em: 06/08/2019.

FIGURA 2: *Aparelho auditivo.* Disponível em: www.audioclinicacamaqua.com.br/artigos/cinco-mentiras-aparelhos-auditivos. Acesso em: 06/08/2019.

FIGURA 3: *Aparelho microfone com sistema de frequência modulada (FM). Funciona ligado ao aparelho auditivo.* Disponível em: adap.org.br/site/conteudo/174-37-o-que-e-o-sistema-fm-e-o-sistema-roger.html. Acesso em: 25/07/2019.

FIGURA 4: *Imagem representativa do uso do microfone sistema FM.* Disponível em: www.programainfantilphonak.com.br/roger-sistema-fm.php. Acesso em: 25/07/2019.

FIGURA 5: *Aparelho externo do implante coclear.* Disponível em: i.ytimg.com/vi/8Jzb7w-xNow/maxresdefault.jpg. Acesso em: 25/07/2019.

FIGURA 6: *Central da SERVIIN. Site/programa que auxilia à pessoa surda a contatar empresas, centrais, e demais estabelecimentos através de uma chamada de vídeo; é composta por um equipe de intérpretes que interceptam a chamada de vídeo para, então, torna-la uma ligação, de forma com que à pessoa surda se comunique de forma segura.* Disponível em: zap.aeiou.pt/servico-de-intérpretes-online-transforma-gestos-em-palavras-36070. Acesso em: 25/07/2019.

FIGURA 7: *Dinâmica com números (1). Na imagem, existem números desenhados no chão em formato da brincadeira amarelinha. Na foto ela está ensinando as crianças como funcionará a brincadeira e qual o objetivo.* Acervo pessoal da autora.

FIGURA 8: *Dinâmica com números (2). Na imagem, as crianças estão divididas em duas equipes e já estão participando da dinâmica. A frente*

das duas equipes, existem cartões vermelhos com os números de 1 a 20. Acervo pessoal da autora.

FIGURA 9: *Dinâmica com as letras do alfabeto, também em formato da brincadeira amarelinha. Na foto, uma criança está pulando nas letras e fazendo o objetivo, que é falar qual letra pisou em voz alta. Acervo pessoal da autora.*

FIGURA 10: *Min e as mãozinhas. Disponível em: criancaespecial.com.br/primeiro-desenho-animado-totalmente-em-libras-e-lancado-no-youtube. Acesso em: 25/07/2019.*

FIGURA 11: *Aplicação da oficina Surdez e deficiência auditiva ofertada na Escola de Administração Pública de Toledo-PR. Acervo do Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial.*

FIGURA 12: *Aplicação da oficina Surdez e deficiência auditiva ofertada na Unioeste Campus Toledo-PR. Acervo do Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial.*





TC 140/18-SETI/USF/UGF

Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.

www.seti.pr.gov.br

Oficinas pedagógicas para uma **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Oficinas Pedagógicas para uma Educação Inclusiva apresenta elementos essenciais para pensarmos de forma crítica acerca do paradigma da inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, inclusive para além do âmbito da educação. Nesses termos, ressaltamos que inclusão é a efetivação dos direitos já garantidos por leis; é ter políticas públicas voltadas a esse público alvo; é dar voz e vez ao sujeito como protagonista da sua própria história; é se dirigir à pessoa com deficiência e falar diretamente com ela, e não com quem a acompanha; é respeitar seu tempo de fala; enfim, é considerar como sujeito capaz de exercer sua autonomia, assim como qualquer outra pessoa.

*Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira*



P.E.E.
Programa Institucional de
Ações Relativas às Pessoas
com Necessidades Especiais
Campus Toledo

